



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATAS

- 1.1 – 7ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 1.2 – 69ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 1.3 – 70ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 1.4 – 71ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 1.5 – 72ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 1.6 – 73ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 1.7 – 74ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 1.8 – 75ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 1.9 – 76ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 1.10 – 77ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 1.11 – 48ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 1.12 – 49ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 1.13 – Reunião de Comissão

2 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 15/2/2017

Presidência do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei n°s 4.017 a 4.022/2017 – Requerimentos n°s 6.432 a 6.440/2017 – Comunicações: Comunicações dos deputados André Quintão e Tadeu Martins Leite – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados João Leite, Doutor Jean Freire, Rogério Correia, Paulo Guedes, André Quintão e Sargento Rodrigues – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Leitura de Comunicações – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Lafayette de Andrada – Dalmo Ribeiro Silva – Inácio Franco – Rogério Correia – Alencar da Silveira Jr. – Arlen Santiago – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antonio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Antonio Lerin – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Braulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Henrique – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Coronel Piccinini – Cristiano Silveira – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – João Leite – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Neilando

Pimenta – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Guedes – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

Abertura

O presidente (deputado Dalmo Ribeiro Silva) – Às 14 horas, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado João Leite, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Doutor Wilson Batista, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. André Christiano dos Santos, diretor-secretário-geral do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais, solicitando informações sobre os motivos que levaram esta Casa a ratificar a decretação de calamidade financeira pelo Estado e apresentando os impactos dessa decisão na vida dos cidadãos mineiros, em especial da categoria médica. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Da Sra. Flávia Cristina Tavares Tôres, procuradora da República no Município de Passos, convidando esta Casa para audiência pública, no dia 14/2/2017, destinada a debater as intervenções irregulares em áreas especialmente protegidas do balneário Escarpas do Lago. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Do Sr. Gilberto Alves dos Santos, presidente da Câmara Municipal de Lassance, informando a composição da Mesa dessa casa legislativa para o biênio 2017-2018.

Do Sr. Heberth Percope Seabra, gerente de filial da Caixa Econômica Federal, informando a celebração do Contrato de Repasse nº 838040/2016 entre a PMMG e a CEF. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Heberth Percope Seabra, gerente de filial da Caixa Econômica Federal, informando a celebração do Contrato de Repasse nº 838517/2016 entre a PMMG e a CEF. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Sr. Heberth Percope Seabra, gerente de filial da Caixa Econômica Federal, informando a celebração do Contrato de Repasse nº 838518/2016, entre a PMMG e a CEF. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Heberth Percope Seabra, gerente de filial da Caixa Econômica Federal, informando a celebração do Contrato de Repasse nº 831914/2016 entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário e a CEF. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Heberth Percope Seabra, gerente de filial da Caixa Econômica Federal, informando a celebração do Contrato de Repasse nº 837478/2016 entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário e a CEF. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)



Do Sr. Heberth Percopo Seabra, gerente de filial da Caixa Econômica Federal, informando a celebração do Contrato de Repasse nº 840061/2016 entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário e a CEF. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Heberth Percopo Seabra, gerente de filial da Caixa Econômica Federal, informando a celebração do Contrato de Repasse nº 839941/2016 entre a Secretaria de Estado de Cultura e a CEF. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Lázaro Luiz Gonzaga, presidente do Sistema Fecomércio-MG, manifestando sua posição contrária à tramitação e aprovação do Projeto de Lei nº 2.697/2015. (– Anexe-se ao referido projeto de lei.)

Do Sr. Lázaro Luiz Gonzaga, presidente do Sistema Fecomércio-MG, manifestando sua posição contrária à tramitação e aprovação do Projeto de Lei nº 2.280/2015. (– Anexe-se ao referido projeto de lei.)

Da Sra. Luislinda Dias de Valois Santos, secretária especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, do Ministério da Justiça e Cidadania, encaminhando proposta de projeto de lei destinado à criação, no âmbito dos estados da Federação, de delegacia especializada de repressão aos crimes de racismo, xenofobia, homofobia, intolerância religiosa e afins. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Do Sr. Marcelo Rodrigo Barbosa, coordenador do Procon Assembleia, prestando informações relativas ao Requerimento Ordinário nº 2.699/2016, da Comissão de Desenvolvimento Econômico. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Da Sra. Neura da Silva Pereira, presidente da Câmara Municipal de Lajinha, informando a nova composição da Mesa dessa casa legislativa, bem como a relação dos vereadores eleitos para o biênio 2017-2018.

Do Sr. Salomão Michel Abdo, provedor do Hospital de Misericórdia de Santos Dumont, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.001/2016, da Comissão de Saúde.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 4.017/2017

Declara de utilidade pública a Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene, com sede no Município de Montes Claros.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene, com sede no Município de Montes Claros.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 14 de fevereiro de 2017.

Deputado Carlos Pimenta (PDT)

Justificação: A Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene – Amams – é uma entidade sem fins lucrativos. Localizada na Avenida Major Alexandre Rodrigues, 416, Bairro Ibituruna, Montes Claros, funciona há mais de 40 anos e tem como



objetivo representar e defender os interesses dos municípios associados. Os dirigentes da diretoria executiva são pessoas idôneas e os cargos de sua direção não são remunerados, conforme atesta o Sr. Jurandir Rodrigues César Filho, delegado regional de Polícia Civil.

O objetivo geral da associação é promover a articulação político-institucional em prol dos municípios filiados perante as esferas dos Poderes estadual e federal, visando seu desenvolvimento social e econômico, de forma sustentável; buscar a cooperação entre os municípios que a integram, bem como a participação na formulação e na implementação de políticas públicas nos municípios nas áreas de atuação da Sudene e Idene e apoiar, tanto na formatação quanto na execução, as ações de preservação do meio ambiente e de convivência com a seca, entre outras (art. 3º do estatuto).

Em caso de dissolução da associação, o seu patrimônio se reverterá em benefício dos municípios associados (art. 57). Sendo entidade sem fins lucrativos, a Amams não distribuirá lucros, bonificações ou vantagens aos membros de sua diretoria ou de seus conselhos (art. 58).

Diante do exposto, peço, pois aos nobres pares a aprovação deste projeto, atendidos que se acham os requisitos da Lei nº 12.972, de 27/7/1998.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Assuntos Municipais, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.018/2017

Declara de utilidade pública a Associação Comercial e Industrial de Juruáia – Aciju –, com sede no Município de Juruáia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comercial e Industrial de Juruáia – Aciju –, com sede no Município de Juruáia.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 14 de fevereiro de 2017.

Deputado Antonio Carlos Arantes (PSDB)

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Desenvolvimento Econômico, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.019/2017

Altera a destinação do imóvel de que trata a Lei nº 22.473, de 28 de dezembro de 2016, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Monte Alegre de Minas o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O imóvel de que trata a Lei nº 22.473, de 28 de dezembro de 2016, passa a destinar-se a projetos habitacionais.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere este artigo reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da data da publicação desta lei, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no *caput*.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 15 de fevereiro de 2017.

Deputado Luiz Humberto Carneiro (PSDB)



Justificação: O terreno a que se refere a Lei nº 22.473, de 28 de dezembro de 2016, com área total de 14.625m², foi doado pelo município ao Estado de Minas Gerais no ano de 2012 para a construção de uma escola profissionalizante do programa Brasil Profissionalizado, com capacidade de atendimento de 1.200 alunos.

Todavia, após os trâmites, o município foi informado de que receberia uma escola de menor porte, para atendimento de 600 alunos, a ser construída no terreno da Escola Estadual Monte Alegre de Minas. Dessa forma, o Estado não necessitaria do terreno doado para o fim a que se destinava. Em vista disso, a referida lei viabilizou a devolução do terreno ao município para a construção de uma escola de ensino fundamental.

Entretanto, após a sanção da lei no final de 2016, a prefeitura do município informou que não tem pretensões de construir uma escola nessa área, mas pretende utilizá-la para viabilizar projetos habitacionais.

Desse modo, com o intuito de melhor atender a comunidade de Monte Alegre de Minas, em consonância com os projetos do município, solicita-se o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei, que permite que se dê nova destinação ao referido imóvel, cuja doação já foi autorizada pela Lei nº 22.473, de 28 de dezembro de 2016.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.020/2017

Declara de utilidade pública o Instituto Mano Down – Mano Down –, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Instituto Mano Down – Mano Down –, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 15 de fevereiro de 2017.

Deputado Fred Costa (PEN)

Justificação: O Instituto Mano Down – Mano Down –, com sede no Município de Belo Horizonte, fundado em 10/8/2015, é uma associação sem fins lucrativos com duração por tempo indeterminado. A referida entidade possui caráter beneficente e tem como finalidade promover gratuitamente a assistência social às pessoas com síndrome de Down e suas famílias, por meio de atividades de educação, visando valorizar suas potencialidades e estimular suas habilidades, aptidões e competências.

A obtenção do título de utilidade pública é de incalculável importância para a entidade, por viabilizar parcerias com diversos órgãos públicos estaduais, garantindo a continuidade dos múltiplos projetos da instituição.

Contamos com o apoio de nossos nobres pares à aprovação deste projeto de lei, que acreditamos ser justo e importante para o Estado.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e da Pessoa com Deficiência, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.021/2017

Declara de utilidade pública a Associação Brasileira dos Agentes Penitenciários – Abrap –, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:



Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Brasileira dos Agentes Penitenciários – Abrap –, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 15 de fevereiro de 2017.

Deputado Lafayette de Andrada (PSD), 1º-vice-presidente.

Justificação: O projeto de lei pretende declarar de utilidade pública estadual a Associação Brasileira dos Agentes Penitenciários – Abrap. A associação, sediada na cidade de Belo Horizonte, atua na defesa do interesse dos agentes penitenciários perante os poderes públicos, promovendo ações que fomentam o desenvolvimento profissional e sociocultural de seus associados através de cursos, palestras ou seminários.

Contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação desta proposição.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.022/2017

Declara de utilidade pública a Associação Luzense de Equoterapia, com sede no Município de Luz.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Luzense de Equoterapia, com sede no Município de Luz.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 15 de fevereiro de 2017.

Deputado Fábio Avelar Oliveira (PTdoB)

Justificação: A Associação Luzense de Equoterapia é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com sede no Município de Luz e tem como objetivo proporcionar e oferecer terapia dentro de uma abordagem interdisciplinar nas áreas de saúde, educação e equitação, buscando o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com deficiência ou com necessidades especiais, e difundir, propagar e promover esse método de tratamento junto à comunidade de toda a região, entre outras atividades.

Pretende-se, com este projeto, assegurar à instituição melhores condições para o desenvolvimento das suas atividades, tendo em vista que atende aos requisitos constantes na Lei nº 12.972, de 27/7/1998.

Pelo importante trabalho desenvolvido por essa entidade em sua região, conto com o apoio dos nobres colegas na aprovação deste projeto.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e da Pessoa com Deficiência, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTO Nº 6.432/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer, nos termos do art. 103, III, “c”, do Regimento Interno, seja formulado voto de congratulações como o Cb. PM Relbert Nunes Viana de Oliveira, lotado no Batalhão de Trânsito da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 12/2/2017, no Bairro João Pinheiro, na Região Noroeste de Belo Horizonte, onde, de folga e em trajes civis, teria sido vítima de roubo e, em decorrência, teria alvejado o autor do crime, o qual também estaria armado.

Requer ainda seja dada ciência dessa manifestação ao Ten.-Cel. PM Roberto Turbino Campolina, comandante do Batalhão de Trânsito da Polícia Militar, na Avenida Amazonas, 6.227, Gameleira, CEP 30510-000, Belo Horizonte.

Sala das Reuniões, 14 de fevereiro de 2017.

Deputado Cabo Júlio (PMDB)

– À Comissão de Segurança Pública.

REQUERIMENTO Nº 6.433/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer, nos termos do art. 103, III, “c”, do Regimento Interno, seja formulado voto de congratulações com o Sr. Joemilson Donizetti Lopes, juiz de direito, pela coragem e bravura durante ação de criminosos em uma lanchonete no Município de Uberlândia, em 9/2/2017, onde, ao agir em legítima defesa, evitou a ocorrência de desdobramentos mais graves na ocasião em que três suspeitos chegaram ao estabelecimento armados e anunciaram o roubo.

Requer ainda seja dada ciência dessa manifestação ao Sr. Herbert Carneiro, Presidente do TJMG, na Rua Goiás, 253, anexo II, 14º andar, Centro, Belo Horizonte, e ao congratulado, na Praça Professor Jacy de Assis, Centro, Uberlândia, CEP 38400-121.

Sala das Reuniões, 14 de fevereiro de 2017.

Deputado Sargento Rodrigues (PDT)

– À Comissão de Segurança Pública.

REQUERIMENTO Nº 6.434/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado a Secretaria de Estado de Esportes – Seesp – pedido de providências para a instalação de uma academia ao ar livre no Bairro Fernando Lobo, no Município de Além Paraíba.

Sala das Reuniões, 14 de fevereiro de 2017.

Deputado Anselmo José Domingos (PTC), presidente da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude.

Justificação: A instalação de uma academia ao ar livre no local indicado proporcionará inúmeros benefícios para a comunidade, pois é de extrema importância que a população pratique exercícios físicos, visando que todos usufruam de uma boa saúde física e mental.

Nesses termos, conto com a aprovação deste requerimento.

– À Comissão de Esporte.

REQUERIMENTO Nº 6.435/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer, nos termos do art. 103, III, “c”, do Regimento Interno, seja formulado voto de congratulações com os policiais militares lotados no 32º Batalhão de Polícia Militar pela atuação na ocorrência, em 11/2/2017, no Bairro Martins, em Uberlândia, onde apreenderam cerca de 300 pedras de crack e detiveram uma pessoa.

Requer ainda seja dada ciência dessa manifestação ao Ten.-Cel. Ailton Donisete de Souza, comandante do 32º Batalhão de Polícia Militar, e aos militares, na Avenida dos Eucaliptos, 800, Jardim Patrícia, CEP 38414-123, Uberlândia.

Sala das Reuniões, 14 de fevereiro de 2017.



Deputado Cabo Júlio (PMDB)

Lista dos policiais militares do 32º Batalhão de Polícia Militar:

Cb. PM Jader Gonçalves

Sd. PM Gustavo Mesquita Flabis

3º-Sgt. PM Alessandro Ribeiro Marques

Cb. PM Fernando Diego Lopes Silva

Fontes:

Reds nº 2017-003146064-001

BO nº CIAD/P-2017-40088933

<http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2017/02/homem-e-presos-com-mais-de-300-pedras-de-crack-em-uberlandia.html>

– À Comissão de Segurança Pública.

REQUERIMENTO Nº 6.436/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer, nos termos do art. 103, III, “c”, do Regimento Interno, seja formulado voto de congratulações com o Cb. PM Marcos Roberto de Souza, lotado no 43º Batalhão da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 14/2/2017, em Governador Valadares, onde, de folga e em trajes civis, impediu um roubo em um estabelecimento comercial e, em decorrência, teria alvejado o autor do crime, o qual também estaria armado.

Requer ainda seja dada ciência dessa manifestação ao congratulado e ao Ten.-Cel. Fabrício Casotti, comandante do 43º Batalhão de Polícia Militar, na Rua Francisco Caetano Pimentel, 506, Vila Isa, CEP 35044-110, Governador Valadares.

Sala das Reuniões, 14 de fevereiro de 2017.

Deputado Cabo Júlio (PMDB)

– À Comissão de Segurança Pública.

REQUERIMENTO Nº 6.437/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – pedido de providências para a criação de uma vara criminal na Comarca de Paraopeba, tendo em vista que se trata de anseio antigo dos cidadãos dessa localidade e, principalmente, da classe jurídica.

Sala das Reuniões, 15 de fevereiro de 2017.

Deputado Douglas Melo (PMDB)

Justificação: Esta solicitação se faz necessária em face do acúmulo de processos ali existentes e do aumento exponencial do número de feitos, haja vista que a comarca, além de atender Paraopeba, é referência para as cidades circunvizinhas.

Saliento que a comarca necessita dessa implantação em caráter de urgência, para dar mais agilidade aos processos criminais e desafogar a vara ali existente.

– À Comissão de Administração Pública.



REQUERIMENTO Nº 6.438/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para a destinação de uma viatura para a Polícia Civil do Município de Paraopeba.

Sala das Reuniões, 15 de fevereiro de 2017.

Deputado Douglas Melo (PMDB), vice-presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

Justificação: É de suma importância esta destinação para que a polícia local tenha mais qualidade na execução do seu trabalho e para maior segurança da população, tendo em vista o aumento da criminalidade no Município de Paraopeba.

– À Comissão de Segurança Pública.

REQUERIMENTO Nº 6.439/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para a destinação de uma viatura para a Polícia Militar do Município de Paraopeba.

Sala das Reuniões, 15 de fevereiro de 2017.

Deputado Douglas Melo (PMDB), vice-presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

Justificação: É de suma importância esta destinação para que a polícia local tenha mais qualidade na execução do seu trabalho e para maior segurança da população, tendo em vista o aumento da criminalidade no Município de Paraopeba.

– À Comissão de Segurança Pública.

REQUERIMENTO Nº 6.440/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer, nos termos do art. 103, III, “c”, do Regimento Interno, seja formulado voto de congratulações com o Município de Andradas, pelos 127 anos de sua emancipação política e administrativa, em 28 de fevereiro de 2017.

Requer ainda seja dada ciência dessa manifestação aos Srs. Rodrigo Lopes, prefeito do município, na Praça 22 de Fevereiro, Centro, Andradas, CEP 37795-000, e Luiz Augusto Liparini, Presidente da Câmara Municipal, na Rua Leonardo Alves dos Santos, nº 315, Bairro Jardim Bela Vista.

Sala das Reuniões, 15 de fevereiro de 2017.

Deputado Dalmo Ribeiro Silva (PSDB), 2º-vice-presidente.

– À Comissão de Assuntos Municipais.

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações dos deputados André Quintão e Tadeu Martins Leite.

Oradores Inscritos

– Os deputados João Leite, Doutor Jean Freire, Rogério Correia, Paulo Guedes, André Quintão e Sargento Rodrigues proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****Abertura de Inscrições**

O presidente – Esgotado o prazo destinado a esta parte, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelos deputados

André Quintão – informando sua indicação para líder do Bloco Minas Melhor – BMM; e

Tadeu Martins Leite – informando sua indicação para líder da Maioria (Ciente. Publique-se.).

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 16, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 69ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 3/10/2016

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os deputados Adalclever Lopes, Presidente; Hely Tarquínio, 1º-Vice-Presidente; Lafayette de Andrada, 2º-Vice-Presidente; Braulio Braz, 3º-Vice-Presidente; Ulysses Gomes, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Jr., 2º-Secretário e Doutor Wilson Batista, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O presidente inicia a distribuição, cabendo ao deputado Ulysses Gomes processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Atlas Network e Telecom Ltda., tendo como objeto a aquisição de uma licença de software e de controle virtual de entrega de aplicações, garantia e suporte técnico, assim como o repasse de informações no formato *hands-on* – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 65/2016, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Tecnologia da Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Máxis Informática Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de suporte e manutenção técnica de sistema computadorizado para controle e apuração de registro de frequência – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Tecnologia da Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Recall do Brasil Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de armazenagem, guarda e desarquivamento de documentos – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Pessoal, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Cemig Telecomunicações S.A. – Cemig Telecom, tendo como objeto a prestação de serviços de conexão de dados – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Tecnologia da Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Padrão IX Informática e Sistemas Abertos S.A., tendo como objeto a prestação de serviços de atualizações de versões e de suporte técnico ao software BR/Search, para 25 usuários – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral

de Tecnologia da Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Alencar da Silveira Jr. referente à assistência médica – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Proteção Contra Incêndio Rival do Fogo Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva no sistema de combate a incêndio da Casa, constituído basicamente por extintores de incêndio, hidrantes e mangueiras de incêndio – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Polícia Legislativa, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Interclip Monitoramento de Notícias Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de auditoria de imagem da ALMG na mídia – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo Ata de Registro de Preços nº 10/2016, apresentada pela empresa D.P.R. Comércio e Serviços Eireli, vencedora do procedimento licitatório tipo Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 57/2016, tendo como objeto a aquisição de tintas e materiais de pintura – parecer favorável à assinatura da ata, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, o presidente assina os seguintes atos: nos termos da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e de acordo com a Lei nº 15.014, de 15/1/2004, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, 5.195, de 4/7/2000 e 5.310, de 21/12/2007, nomeando Aline do Couto e Silva Dias Duarte para o cargo efetivo de Analista Legislativo, na especialidade de Consultor Legislativo, Área I – Interlocação Social, do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia, em virtude de sua classificação em 18º (décimo oitavo) lugar em concurso público; nomeando Daniela Soares Coelho Jácome para o cargo efetivo de Analista Legislativo, na especialidade de Consultor Legislativo, Área I – Interlocação Social, do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia, em virtude de sua classificação em 19º (décimo nono) lugar em concurso público; nomeando Rafael Alcântara de Paula para o cargo efetivo de Analista Legislativo, na especialidade de Analista de Sistemas, Área III – Suporte Técnico, do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia, em virtude de sua classificação em 7º (sétimo) lugar em concurso público; nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/2004, das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/1993, 5.198, de 21/5/2001, 5.295, de 15/12/2006, e 5.328, de 21/12/2009, c/c as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/2001, 2.468, de 23/11/2009 e 2.610, de 2/3/2015, dispensando Alberto Kazuo Fuzikawa da Função Gratificada de Nível Superior – FGS, do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia, com exercício na Gerência-Geral de Saúde e Assistência. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente convoca nova reunião para o dia 10 de outubro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 10 de outubro de 2016.

Adalclever Lopes, presidente – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Braulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista.

ATA DA 70ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 10/10/2016

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os deputados Adalclever Lopes, Presidente; Hely Tarquínio, 1º-Vice-Presidente; Lafayette de Andrada, 2º-Vice-Presidente; Braulio Braz, 3º-Vice-Presidente; Ulysses Gomes, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Jr., 2º-Secretário e Doutor Wilson Batista, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide autorizar o recebimento, a aceitação e o processamento, por parte da Gerência de Análise de Prestação de Contas, dos



comprovantes de despesas e dos respectivos processos de prestação de contas da verba indenizatória do Deputado Wander Borges, referentes aos meses de maio a julho de 2016. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O presidente inicia a distribuição, cabendo ao deputado Ulysses Gomes processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Hitachi Kokusai Linear Equipamentos Eletrônicos S.A., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção corretiva e assistência técnica em sistemas de captação e retransmissão de sinais de áudio e vídeo – parecer favorável à inclusão de peças e componentes na “lista de preços de parte e peças do lote 1”, anexada ao contrato original, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Rádio e Televisão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, tendo como objeto a prestação de serviços postais diversos – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo aditivo ao convênio celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Ministério do Meio Ambiente, tendo como mandatário o Banco do Brasil, e como objeto a transferência de recursos financeiros do orçamento geral da União para contribuir para a revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – parecer favorável à prorrogação, considerando manifestações da Escola do Legislativo, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Milhas Turismo Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de transporte rodoviário de passageiros em van, com motorista – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Toyota do Brasil Ltda., tendo como objeto a aquisição de três veículos sedan novos – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 60/2016, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo Ata de Registro de Preços nº 11/2016, apresentada pela empresa FX Comércio e Distribuidora Eireli, vencedora do procedimento licitatório tipo Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 62/2016, tendo como objeto a aquisição de portas, marcos, alizares e ferragens – parecer favorável à assinatura da ata, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo Ata de Registro de Preços nº 12/2016, apresentada pela empresa Vértice Comércio de Materiais de Construção Eireli – ME, vencedora do procedimento licitatório tipo Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 66/2016, tendo como objeto a aquisição de tubos, cantoneiras e acessórios metálicos – parecer favorável à assinatura da ata, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, o presidente assina o seguinte ato: nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, em cumprimento à diligência baixada pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG, retificando o fundamento legal da aposentadoria do servidor Itamar Rodrigues Gomes, constante do Ato da Mesa nº 670/2014, que foi assinado em 1º/4/2014, publicado no Minas Gerais, p. 55 do *Diário do Legislativo* Eletrônico, de 2/4/2014, e que concedeu aposentadoria por idade, a partir de 1º/4/2014, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados na forma da Lei nº 10.887, de 18/6/2004, ao mencionado servidor, dando ao referido Ato a seguinte redação: “Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, observado o disposto no inciso III, alínea “b”, do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, c/c o art. 36, inciso III, alínea “b”, da Constituição Estadual, com a redação dada pelo art. 9º da Emenda à Constituição nº 84, de 22/12/2010, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004,



16.833, de 20/7/2007, 17.637, de 14/7/2008, 18.803, de 31/3/2010, 19.838, de 2/12/2011, 20.337, de 2/8/2012, e 20.693, de 22/5/2013, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, dos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, 5.347, de 19/12/2011, aposentando, por idade, a partir de 1º/4/2014, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados na forma da Lei nº 10.887, de 18/6/2004, o servidor Itamar Rodrigues Gomes, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria”. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente convoca nova reunião para o dia 17 de outubro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 17 de outubro de 2016.

Adalclever Lopes, presidente – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Bráulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista.

ATA DA 71ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 17/10/2016

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os deputados Adalclever Lopes, Presidente; Hely Tarquínio, 1º-Vice-Presidente; Lafayette de Andrada, 2º-Vice-Presidente; Bráulio Braz, 3º-Vice-Presidente; Ulysses Gomes, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Jr., 2º-Secretário e Doutor Wilson Batista, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) autoriza o processamento e o pagamento do auxílio-moradia extemporâneo, mediante requerimento, ao deputado Lafayette de Andrada; 2ª) autoriza o recebimento, o processamento e o pagamento de diárias de viagem ao deputado Sargento Rodrigues, relativas aos meses de abril, junho e julho de 2016; 3ª) dispensa do registro de ponto no sistema informatizado de apuração de frequência o servidor Márcio Roberto Alves dos Santos, gestor do Projeto Cidadania Ribeirinha, no período de 17 de outubro de 2016 a 10 de janeiro de 2018. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O presidente inicia a distribuição, cabendo ao deputado Ulysses Gomes processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Multipães Indústria e Comércio Ltda., tendo como objeto o fornecimento de lanches a prestantes – parecer favorável ao realinhamento de preços, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao convênio celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Município de Belo Horizonte, tendo como objeto a operacionalização do Projeto de Operação Urbana de que trata a Lei Municipal nº 9.959/2010 – parecer favorável à prorrogação por mais 180 dias, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Pitney Bowes Brasil Equipamentos e Serviços Ltda., tendo como objeto o aluguel de dois medidores postais – parecer favorável à contratação com inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, I, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente convoca nova reunião para o dia 24 de outubro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 24 de outubro de 2016.

Adalclever Lopes, presidente – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Bráulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista.

**ATA DA 72ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 24/10/2016**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os deputados Adalclever Lopes, Presidente; Hely Tarquínio, 1º-Vice-Presidente; Lafayette de Andrada, 2º-Vice-Presidente; Braulio Braz, 3º-Vice-Presidente; Ulysses Gomes, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Jr., 2º-Secretário e Doutor Wilson Batista, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, através da Deliberação nº 2.649/2016, dispõe sobre a logomarca institucional da Assembleia Legislativa e, por meio da Deliberação nº 2.650/2016, altera a Deliberação da Mesa nº 1.562, de 5 de agosto de 1998, que regulamenta o Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa de Minas Gerais – Fundhab – e consolida as regras de seu funcionamento. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O presidente inicia a distribuição, cabendo ao deputado Ulysses Gomes processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa MBM Seguradora S.A., tendo como objeto a prestação de serviços de seguros diretamente da seguradora, sem interveniência de corretoras, para cobertura de acidentes pessoais para o corpo de estagiários da Casa, englobando: morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e despesas médicas, hospitalares e odontológicas - parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 56/2016, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Pessoal, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; requerimento de natureza administrativa do deputado Alencar da Silveira Jr. referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, tendo como objeto a cooperação institucional visando a maximizar as ações de polícia preventiva necessárias ao exercício do mandato eletivo – parecer favorável à prorrogação, com nova redação da subcláusula 2.1.1.1, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente convoca nova reunião para o dia 31 de outubro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 31 de outubro de 2016.

Adalclever Lopes, presidente – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Braulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista.

ATA DA 73ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 31/10/2016

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os deputados Adalclever Lopes, Presidente; Hely Tarquínio, 1º-Vice-Presidente; Lafayette de Andrada, 2º-Vice-Presidente; Braulio Braz, 3º-Vice-Presidente; Ulysses Gomes, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Jr., 2º-Secretário e Doutor Wilson Batista, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, considerando a prorrogação do contrato de repasse efetuado entre a Assembleia e a União, garantindo os recursos para a segunda edição do Projeto Cidadania Ribeirinha, a Mesa decide que a banca examinadora, encarregada da seleção de profissionais para atuar como instrutores do projeto, será composta por técnicos de notória especialização, selecionados pela Escola do Legislativo, mediante a análise dos Currículos Lattes documentados. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O presidente inicia a distribuição, cabendo: ao deputado Ulysses Gomes, processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Eaton Power Solution Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção e de *upgrade* em *no-break* – parecer favorável à



prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Processo Legislativo, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; requerimento de natureza administrativa do deputado Tadeu Martins Leite referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Algar Multimídia S.A., tendo como objeto a prestação de serviços de acesso à internet – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Tecnologia da Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Cilave Tecnologia Ambiental Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de coleta, transporte, descarte e descontaminação de 3.600 lâmpadas de descarga queimadas, por ano, nas dependências da Contratante, com retiradas quadrimestrais ou sob demanda, com a correta destinação ambiental dos resíduos, de acordo com as pertinentes normas da ABNT, Feam, Ibama e com a legislação ambiental vigente em Minas Gerais – parecer favorável à contratação por dispensa de licitação, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a sociedade empresária Bookpartners Brasil Editora e Distribuidora de Livros Ltda., tendo como objeto o fornecimento de livros, em formato impresso e eletrônico, à Biblioteca Deputado Camilo Prates – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 77/2016, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Documentação e Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte – Assprom, tendo como objeto a prestação de serviços de adolescentes trabalhadores – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo Ata de Registro de Preços nº 14/2016, para aquisição de materiais para realização de reformas, manutenção predial e reposição de estoque - parecer favorável à assinatura da ata, tendo como beneficiária a empresa FX Comércio e Distribuidora Eireli, vencedora dos lotes 1, 3, 4, 5, 6 e 7 do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 54/2016, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo Ata de Registro de Preços nº 15/2016, para aquisição de materiais para realização de reformas, manutenção predial e reposição de estoque - parecer favorável à assinatura da ata, tendo como beneficiária a empresa Mercaria Indianópolis Ltda., vencedora dos lotes 2, 8 e 9 do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 54/2016, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; ao deputado Hely Tarquínio, Requerimento nº 3.690/2016, da Comissão Extraordinária das Águas, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Meio Ambiente pedido de informações sobre o Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - Fhidro, esclarecendo-se qual o montante de recursos que compõem esse fundo, quais investimentos e em quais locais foram realizados até o momento, quanto foi repassado para os comitês de bacia e quanto foi repassado à Ruralminas para a construção de pequenas barragens – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 3.831/2016, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que solicita seja encaminhado aos secretários de Estado de Desenvolvimento Econômico e de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre o processo de negociação de reajuste salarial dos servidores da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – Jucemg – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 4.103/2016, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a prevenção e o combate à leishmaniose visceral canina no Estado, especificando-se o entendimento desta secretaria sobre a relação entre o controle ético populacional e o avanço da doença nas populações canina e humana – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 4.104/2016, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a prevenção e o combate à leishmaniose visceral canina no Estado, especificando-se se existe um mapeamento das áreas de prevalência da doença e um resultado parcial para ser apresentado, quantos kits para inquérito sorológico canino foram repassados, qual a atual demanda e como é feita a distribuição



desses kits, quantos cães sorologicamente positivos foram eliminados nos últimos cinco anos, a taxa de renovação da população canina e o quantitativo de tutores que apresentam uma contraprova ao serviço público antes de o animal ser entregue para eutanásia e se, além da eutanásia, existe alguma outra forma de combate à doença sendo executada – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 4.487/2016, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao corregedor-geral da Polícia Militar pedido de informações sobre a conclusão das investigações e o resultado quanto ao envolvimento de policiais militares no homicídio de Cristiano Guimarães Nascimento – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 4.549/2016, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar e ao chefe da Polícia Civil de Minas Gerais pedido de informações sobre a suposta ocorrência de indevida exposição à mídia, agressões físicas e excessos durante a prisão do agente Luís Fernando Figueiredo de Aquino, Masp 1220984-7, em 16/5/2016, no Município de Montes Claros, conforme documentação anexa – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 4.833/2016, da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana pedido de informações sobre o cumprimento do disposto na Lei nº 17.248, de 2007, que destina, preferencialmente às pessoas com deficiência, 12% (doze por cento) das unidades habitacionais dos programas de construção de habitações populares financiados pelo poder público ou com recursos do Estado – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 4.900/2016, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações com o diagnóstico das escolas rurais em funcionamento no Estado, através das superintendências de ensino - parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 5.219/2016, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em que requer seja encaminhado à diretora-geral do Instituto Mineiro de Gestão de Águas - Igam - pedido de informações sobre a situação do contrato com a entidade delegatária que atua como agência de bacia dos comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e seus afluentes – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.266/2016, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em que requer seja encaminhado à diretora-geral do Igam pedido de informações sobre as entidades equiparadas no Estado para o exercício das funções de agência de bacia hidrográfica; o volume de recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água, por bacia hidrográfica, desde o início da cobrança; e os projetos de recuperação ambiental elaborados no âmbito dos planos de aplicação dos comitês de bacia hidrográfica, especificando quais deles foram efetivamente executados – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.382/2016, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a folha de pagamento dos servidores concursados e contratados do Samu Macro Norte, incluindo as gratificações dos anos de 2015 e 2016 – parecer pela aprovação, aprovado; ao deputado Alencar da Silveira Jr., Requerimento nº 5.293/2016, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações que confirmem se as adjunções dos profissionais especializados do Centro Educativo Cândida Cabral serão prorrogadas até o dia 31/12/2016, permitindo que essa instituição tenha tempo suficiente para regularizar sua situação funcional – parecer pela aprovação, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente convoca nova reunião para o dia 1º de novembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 1º de novembro de 2016.

Adalclever Lopes, presidente – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Braulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista.

**ATA DA 74ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 7/11/2016**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os deputados Adalclever Lopes, Presidente; Hely Tarquínio, 1º-Vice-Presidente; Lafayette de Andrada, 2º-Vice-Presidente; Braulio Braz, 3º-Vice-Presidente; Ulysses Gomes, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Jr., 2º-Secretário e Doutor Wilson Batista, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O presidente inicia a distribuição, cabendo: ao deputado Ulysses Gomes, processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Câmara Municipal de Uberlândia, tendo como objeto a cessão de tempo da programação da TV Assembleia – parecer favorável à celebração, considerando manifestações da Gerência-Geral de Rádio e Televisão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a MCI Tecnologia e Serviços Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção predial e adaptação de instalações nas dependências da Casa – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Cemig Distribuição S.A., tendo como objeto a compra de energia regulada – poder público, modalidade tarifária verde – parecer favorável à contratação direta por inexigibilidade de licitação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Associação Mineira de Municípios – AMM, tendo como objeto o patrocínio, pela Casa, do evento denominado VI Congresso Mineiro de Prefeitos Eleitos – parecer favorável à celebração, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Systech Sistemas e Tecnologia em Informática Ltda., tendo como objeto a aquisição de 700 microcomputadores – parecer favorável à contratação, através de adesão à Ata de Registro de Preços nº 65/2014, oriunda do Pregão Eletrônico SRP nº 65/2014, da Universidade Federal da Bahia – UFBA, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; ao deputado Hely Tarquínio, requerimento de natureza administrativa do deputado Ulysses Gomes referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado. Isso posto, a Mesa opina favoravelmente à prorrogação de licença sem vencimento, para tratar de interesse particulares, à servidora Núbia Martins Domingues, pelo período de mais dois anos, a partir de 10/3/2017, nos termos do art. 161 da Resolução nº 800/1967. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente convoca nova reunião para o dia 14 de novembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 14 de novembro de 2016.

Adalclever Lopes, presidente – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Braulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista.

ATA DA 75ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 14/11/2016

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os deputados Adalclever Lopes, Presidente; Hely Tarquínio, 1º-Vice-Presidente; Lafayette de Andrada, 2º-Vice-Presidente; Braulio Braz, 3º-Vice-Presidente; Ulysses Gomes, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Jr., 2º-Secretário e Doutor Wilson Batista, 3º-Secretário. Verificando a existência de número



regimental, o presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O presidente inicia a distribuição, cabendo ao deputado Ulysses Gomes processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Sabrina de Oliveira Borges - ME, tendo como objeto o fornecimento e montagem de cenário para programas da TV Assembleia – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 69/2016, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Rádio e Televisão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa L3A Divisórias e Forros Ltda., tendo como objeto a execução de serviços de reforma de acabamento de teto, incluindo fornecimento e instalação de forro de gesso acartonado, removível – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 71/2016, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Consórcio Operacional do Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus do Município de Belo Horizonte – Transfácil, tendo como objeto a cessão do uso dos cartões BHBUS de vales-transporte, licença de acesso à website Transfácil e prestação de serviços relativos ao atendimento dos pedidos de vales-transporte eletrônicos através do mecanismo de carga a bordo - parecer favorável à contratação, com inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, I, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, autorizando a despesa, considerando manifestações do Procon Assembleia, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa da deputada Arlete Magalhães referente a assistência médica - parecer favorável, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, o presidente assina o seguinte ato: nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.086, de 2/5/2016, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 3/8/2016, o servidor Paulo Daniel Godoy, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente convoca nova reunião para o dia 21 de novembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 21 de novembro de 2016.

Adalclever Lopes, presidente – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Braulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista.

ATA DA 76ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 21/11/2016

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os deputados Adalclever Lopes, Presidente; Hely Tarquínio, 1º-Vice-Presidente; Lafayette de Andrada, 2º-Vice-Presidente; Braulio Braz, 3º-Vice-Presidente; Ulysses Gomes, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Jr., 2º-Secretário e Doutor Wilson Batista, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O presidente inicia a distribuição, cabendo ao deputado Ulysses Gomes processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Crear Engenharia Ltda., tendo como objeto a construção de painel artístico em concreto na Praça

Carlos Chagas, conforme projeto arquitetônico – parecer favorável à ampliação do objeto em 20,10% (vinte vírgula dez por cento), com inclusão dos serviços de regularização de superfície, impermeabilização da parte posterior do muro de concreto e pintura antipichação no painel artístico, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Missionário Marcio Santiago referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, o presidente assina os seguintes atos: nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990 e 5295, de 15/12/2006, exonerando, a partir de 25/11/2016, Milton Rodrigues do cargo em comissão de recrutamento limitado de Assessor, do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia; nomeando Milton Rodrigues para o cargo em comissão de recrutamento limitado de Chefe de Gabinete, do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia, com exercício na Diretoria-Geral. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente convoca nova reunião para o dia 25 de novembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 25 de novembro de 2016.

Adalclever Lopes, presidente – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Braulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista.

ATA DA 77ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 28/11/2016

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os deputados Adalclever Lopes, Presidente; Hely Tarquínio, 1º-Vice-Presidente; Lafayette de Andrada, 2º-Vice-Presidente; Braulio Braz, 3º-Vice-Presidente; Ulysses Gomes, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Jr., 2º-Secretário e Doutor Wilson Batista, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide autorizar o recebimento, o processamento e o pagamento de diárias de viagem relativas aos meses de junho e julho do deputado Cristiano Silveira. Isso posto, por meio da Deliberação nº 2.651/2016, a Mesa altera dispositivos da Deliberação nº 2.565, de 10 de junho de 2013, que consolida as normas relativas à assistência prestada pela Assembleia Legislativa na área de saúde. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O presidente inicia a distribuição, cabendo: ao deputado Ulysses Gomes, processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Artebrilho Multiserviços Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação, por m² (metro quadrado), nas dependências da Contratante e em seus anexos, com o fornecimento de materiais e equipamentos necessários – parecer favorável à ampliação quantitativa do objeto, com acréscimo de dois prestadores de serviços, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Dilzon Melo referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado; processo contendo termos de convênio, tendo como objeto a parceria no desenvolvimento do Projeto Segunda Musical, a serem celebrados entre esta Assembleia Legislativa e as seguintes universidades: Universidade Federal de Minas Gerais, no âmbito da Escola de Música; Universidade Federal de Ouro Preto, no âmbito do Instituto de Filosofia, Artes e Cultura; Universidade Federal de São João del-Rei, no âmbito do Departamento de Música, e Universidade do Estado de Minas Gerais, no âmbito da Escola de Música; e entre a Assembleia Legislativa e o Instituto Cervantes, com o mesmo objeto – parecer favorável à celebração do convênio, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; ao deputado Doutor Wilson Batista, Requerimento nº



3.675/2016, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que solicita seja encaminhado à presidente do Iepha pedido de informações sobre o procedimento de tombamento do imóvel onde se localiza o Colégio Angélica, no Município de Coronel Fabriciano – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 3.950/2016, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, em que requer seja encaminhado ao delegado da 15ª Delegacia de Polícia Civil de Iturama pedido de informações sobre o inquérito policial aberto para investigar suposto crime de maus-tratos em que o Sr. Manoel José dos Santos estaria deixando de prestar cuidados básicos à sua cadela doente – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 4.065/2016, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a falta de fitas de glicemia no SUS do Município de Juiz de Fora, especificando-se o motivo da falta, a data prevista para regularização do fornecimento e o que está sendo feito para que a população que necessita desse insumo não fique ainda mais prejudicada – parecer pela rejeição, aprovado; Requerimento nº 4.911/2016, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao auditor setorial da Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania pedido de informações sobre as pendências encaminhadas para a Controladoria-Geral do Estado a respeito das entidades eleitas para composição do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente: Associação Comunitária Lápis de Cor, Associação Arco-Íris, Federação Municipal de Associações de Moradores e Movimentos Populares de Iapu e Associação do Amor - parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 4.912/2016, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao controlador-geral do Estado pedido de informações sobre as pendências apontadas pela Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania a respeito das entidades eleitas para composição do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente: Associação Comunitária Lápis de Cor, Associação Arco-Íris, Federação Municipal de Associações de Moradores e Movimentos Populares de Iapu e Associação do Amor – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.073/2016, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência e Emergência - Samu - nas macrorregiões do Estado, enviando a esta Casa a relação dos funcionários efetivos, contratados e em cargos de confiança e a prestação de contas do exercício de 2015 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.086/2016, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado aos titulares da Controladoria-Geral e da Procuradoria-Geral do Estado e ao presidente do Tribunal de Contas pedido de informações relativas à execução do contrato de parceria público-privada entre o Estado e a Minas Arena, especialmente as que constem em auditorias, processos e inquéritos realizados por esses órgãos – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 5.092/2016, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre a demanda oficial de matrículas para o 7º ano do ensino fundamental na Escola Estadual Cândida Cabral, no Bairro Alto dos Pinheiros, em Belo Horizonte – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.229/2016, da Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, em que requer seja encaminhado ao presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG – pedido de informações sobre o inventário do impacto do rompimento da Barragem do Fundão para os agricultores familiares no Estado, indicando o que será objeto de indenização e o tempo previsto para os pagamentos – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 5.390/2016, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante da 15ª Região da Polícia Militar pedido de informações sobre a razão e a data de início do destacamento de policiais militares para fazer a escolta do prefeito de Ouro Verde de Minas e o número de militares envolvidos, bem como sobre o pagamento de diárias a esses policiais – parecer pela aprovação, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, o presidente assina os seguintes atos: nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/2004, das Resoluções



nºs 5.134, de 10/9/1993, 5.198, de 21/5/2001, 5.295, de 15/12/2006, e 5.328, de 21/12/2009, c/c as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/2001, 2.468, de 23/11/2009 e 2.610, de 2/3/2015, designando Eduardo de Queiroz Braga para a Função Gratificada de Nível Superior – FGS, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Tecnologia da Informação; nos termos da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e de acordo com a Lei nº 15.014, de 15/1/2004, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, 5.195, de 4/7/2000 e 5.310, de 21/12/2007, nomeando Flávia Campos Pereira para o cargo efetivo de Analista Legislativo, na especialidade de Consultor Legislativo, Área I – Interlocução Social, do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia, em virtude de sua classificação em 20º (vigésimo) lugar em concurso público; nomeando Mariana Barros Silva para o cargo efetivo de Analista Legislativo, na especialidade de Consultor Legislativo, Área I – Interlocução Social, do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia, em virtude de sua classificação em 21º (vigésimo primeiro) lugar em concurso público; exonerando, a pedido, Mariana Barros Silva do cargo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente convoca nova reunião para o dia 5 de dezembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 5 de dezembro de 2016.

Adalclever Lopes, presidente – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Braulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista.

ATA DA 48ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 1º/11/2016

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os deputados Adalclever Lopes, Presidente; Hely Tarquínio, 1º-Vice-Presidente; Lafayette de Andrada, 2º-Vice-Presidente; Braulio Braz, 3º-Vice-Presidente; Ulysses Gomes, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Jr., 2º-Secretário e Doutor Wilson Batista, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, considerando que, em 5 de outubro de 2016, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Agravo Regimental na Ação Penal nº 836/DF, concluiu pela exigência de prévia autorização da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais como condição de procedibilidade da referida ação penal ajuizada em face do governador do Estado, decide pela aplicação dos arts. 217 e 280 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e, em caráter complementar, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, nos casos atinentes à tramitação processual própria desta Casa, ao procedimento de autorização para a instauração de processo contra o governador do Estado por infração penal comum. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O presidente distribui ao deputado Ulysses Gomes processo contendo requerimento de natureza administrativa da deputada Celise Laviola referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, o presidente assina os seguintes atos: nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, observadas as regras do regime especial de que tratam o § 2º do art. 71, o art. 72 da Lei Complementar nº 129, de 8/11/2013, e o inciso II alínea “a” do art. 1º da Lei Complementar nº 144, de 15/5/2014, em consonância com o § 4º do art. 40 da Constituição Federal e demais disposições legais aplicáveis, em especial as conclusões do Parecer da Procuradoria-Geral desta Secretaria nº 5.215/2011 e da Decisão da Mesa de 31/7/2012, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, 16.833, de 20/7/2007, 17.637, de 14/7/2008, 18.803, de 31/3/2010, 19.838, de 2/12/2011, 20.337, de 2/8/2012, 20.693, de 22/5/2013, 21.236, de 19/5/2014, 21.697, de 25/5/2015, e 22.086, de 2/5/2016, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011,



concedendo aposentadoria especial, a pedido, com proventos integrais, a partir de 15/9/2016, ao servidor Warley Nery Xavier, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo - Policial Legislativo Masculino, do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia; nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II, III e IV do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, c/c art. 132 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, acrescido pelo art. 48 da Emenda à Constituição nº 84, de 22/12/2010, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.086, de 2/5/2016, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 22/8/2016, a servidora Soteria Lucas Machado, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Bibliotecário, do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente convoca nova reunião para o dia 7 de novembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 7 de novembro de 2016.

Adalclever Lopes, presidente – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Braulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista.

ATA DA 49ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 25/11/2016

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os deputados Adalclever Lopes, Presidente; Hely Tarquínio, 1º-Vice-Presidente; Lafayette de Andrada, 2º-Vice-Presidente; Braulio Braz, 3º-Vice-Presidente; Ulysses Gomes, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Jr., 2º-Secretário e Doutor Wilson Batista, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O presidente inicia a distribuição, cabendo ao deputado Ulysses Gomes processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Gil Pereira referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Alternativa Eventos Ltda. - EPP, tendo como objeto a prestação de serviços de produção, coordenação, execução e o provimento da infraestrutura e logística adequadas à realização da Cantata de Natal/2016 da ALMG – parecer favorável à contratação direta por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, IV, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa da deputada Arlete Magalhães referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Gustavo Correa referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, o presidente assina os seguintes atos: nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.086, de 2/5/2016, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 16/11/2016, o servidor Fernando Ludolf de Almeida Júnior, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia; aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 21/11/2016, o servidor Hugo Antônio Avelar, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia; aposentando, a

pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 23/11/2016, a servidora Maria de Fatima Pereira, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, no exercício do cargo em comissão de recrutamento limitado de Chefe de Gabinete, do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia; aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 23/8/2016, o servidor Mauricio Santiago de Almeida Filho, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Redator-Revisor, do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia; nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.086, de 2/5/2016, da Lei complementar nº 64, de 25/3/2002, dos artigos 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, e do Parecer nº 5.289, de 17/12/2012, da Procuradoria-Geral desta Secretaria, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 26/10/2016, o servidor Ademir Laignier Valentim, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia; aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 5/10/2016, o servidor José das Graças Augusto, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia; aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 11/11/2016, o servidor Sérgio Antonio de Barros, ocupante do cargo de Técnico de Execução das Atividades da Secretaria, no exercício da Função Gratificada de Nível Superior – FGS, do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia; nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, observadas as regras do regime especial de que tratam o § 2º do art. 71 e o art. 72 da Lei Complementar nº 129, de 8/11/2013, e o inciso II alínea “a” do art. 1º da Lei Complementar nº 144, de 15/5/2014, em consonância com o § 4º do art. 40 da Constituição Federal e demais disposições legais aplicáveis, em especial as conclusões do Parecer da Procuradoria-Geral desta Secretaria nº 5.215/2011 e da Decisão da Mesa de 31/7/2012, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, 16.833, de 20/7/2007, 17.637, de 14/7/2008, 18.803, de 31/3/2010, 19.838, de 2/12/2011, 20.337, de 2/8/2012, 20.693, de 22/5/2013, 21.236, de 19/5/2014, 21.697, de 25/5/2015, e 22.086, de 2/5/2016, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, concedendo aposentadoria especial, a pedido, com proventos integrais, aos servidores Geraldo Magela da Silva Neto, a partir de 16/11/2016, e Wagner Dias da Silva, a partir de 21/11/2016, ocupantes do cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo – Policial Legislativo Masculino, do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia; nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, à vista do disposto no inciso I do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, observada a Emenda Constitucional nº 70, de 29/3/2012, e as disposições contidas nas Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.086, de 2/5/2016, na Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, nos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, nas Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, e no Parecer nº 5.289, de 17/12/2012, da Procuradoria-Geral desta Secretaria, e nos termos do Laudo de Aposentadoria da Gerência-Geral de Saúde e Assistência, datado de 10/11/2016, aposentando, por invalidez, a partir de 10/11/2016, com proventos integrais, o servidor Luiz Francisco da Silva, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente convoca nova reunião para o dia 28 de novembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 28 de novembro de 2016.

Adalclever Lopes, presidente – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Braulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista.



ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO Nº 18/2015, DE DIOGO DE MELO FRANCO PARA O CARGO DE PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE – FEAM –, NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 1º/9/2015

Às 15h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Agostinho Patrus Filho, Glaycon Franco e João Alberto, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Agostinho Patrus Filho, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado João Alberto, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a proceder à arguição pública do indicado Sr. Diogo Soares de Melo Franco para o cargo de presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente – Feam –, a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência passa a palavra ao relator da matéria, deputado João Alberto, para suas considerações iniciais. Logo após concede a palavra ao indicado para suas considerações iniciais. Em seguida, passa a palavra ao relator da matéria para proceder à arguição pública do indicado. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, da Indicação nº 18/2015 (relator: deputado João Alberto). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2016.

Agostinho Patrus Filho, presidente.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 15/2/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 16/2/2017, Karine Ferreira de Figueiredo, padrão VL-18, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Anselmo José Domingos;

exonerando Laura Gonçalves de Souza Maia, padrão VL-10, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Tiago Ulisses;

exonerando Romagno Rodrigues Maciel, padrão VL-30, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Rosângela Reis;

nomeando Adriana Ferreira de Carvalho, padrão VL-57, 8 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Vice-Presidência;

nomeando Ana Lucia Ferreira, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Rosângela Reis;

nomeando Cecília Patrícia Paula Pedrosa, padrão VL-24, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Fabiano Tolentino;

nomeando Evaldo de Moura Santos, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Paulo Guedes;

nomeando Maria José Machado Cunha Sousa, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Vice-Presidência;

nomeando Miriam Cristina de Amorim, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Rosângela Reis;

nomeando Vanderlei Viega, padrão VL-39, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Rosângela Reis.



TERMO DE ADITAMENTO Nº 115/2016

Primeira convenente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segundo convenente: Município de Belo Horizonte. Objeto: operacionalização do Projeto de Operação Urbana, de que trata a Lei Municipal nº 9.959, de 2010. Objeto do aditamento: prorrogação por mais 180 dias. Vigência: prorrogado por 180 dias contados a partir de 19 de outubro de 2016, com termo final em 17 de abril de 2017. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009.0001-4.4.40.42.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 5/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte – Assprom. Objeto: prestação de serviços por adolescentes trabalhadores. Objeto do aditamento: sexta prorrogação (excepcional) e reajuste *pro rata* decorrente de reajuste do salário-mínimo e do valor do vale-transporte. Vigência: de 24 de janeiro de 2017 a 1º de maio de 2017 ou até que se conclua nova contratação, o que ocorrer primeiro. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.